



REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N.º , DE 2002
(Dos Sra Jandira Feghali)

Solicita seja convocado o Sr. Ministro de Estado da Saúde a fim de prestar esclarecimentos a respeito da utilização irregular de dotações orçamentárias em despesas de publicidade.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne de adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Ministro de Estado da Saúde, Sr. Barjas Negri, para comparecer neste plenário a fim de prestar esclarecimentos a respeito da utilização irregular de dotações orçamentárias em despesas de publicidade.

JUSTIFICAÇÃO,

O atual ministro da Saúde, Barjas Negri, autorizado pelo então ministro José Serra, alterou dotações do orçamento da Saúde para encobrir, nessas despesas, gastos com publicidade e transporte aéreo. A Lei Orçamentária de 2001 autorizou, somente no âmbito do Fundo Nacional de Saúde¹, R\$ 53,3 milhões para propaganda e campanhas educativas. Ao longo do ano, o governo ainda realizou cortes em diversas ações de saúde do Ministério e conseguiu mais R\$ 2,5 milhões. Essas dotações, que chegaram a R\$ 55,89 milhões foram quase que integralmente gastas. Mais R\$ 36,7 milhões foram gastos ilegalmente para pagamento a agências de propaganda e outros R\$ 6,8 milhões para empresas de transporte aéreo. O total do uso irregular de recursos ultrapassou R\$ 43 milhões. Constitucionalmente, uma das funções da lei orçamentária é limitar os gastos públicos. Os ministros e demais dirigentes dos órgãos não dispõem de uma autorização em branco para gastar à vontade e de acordo com sua conveniência. Para ampliar gastos é preciso a autorização do Congresso Nacional.

Dotações alvo de Desvio

- ✓ Programa para “*Atendimento assistencial básico referente à parte fixa do piso de atenção básica - PAB, nos municípios em gestão plena da atenção básica - Nacional*” foram alocados R\$ 8,06 milhões para publicidade, sendo R\$ 5 milhões da CPMF, correspondendo respectivamente a 73,3% da dotação e à totalidade dos recursos da CPMF, creditados diretamente na conta da DM9. Os R\$ 3 milhões restantes migraram para a Master Publicidade.
- ✓ Programa “*Incentivo financeiro a municípios habilitados à parte variável do piso de atenção básica - PAB, para o Saúde da Família - Nacional*”, foi igualmente desfigurada. Dessa conta saíram R\$ 7,09 milhões para empresas de publicidade e outros R\$ 3,48 milhões para a Voetur, somando mais

¹ O Ministério da Saúde realizou outras despesas em publicidade e propaganda. Somente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária liquidou outros R\$ 11,5 milhões em 2001.



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Jandira Feghali – PCdoB/RJ

R\$ 10,57 milhões desviados, 90% dessa rubrica. Eram recursos destinados às transferências legais do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Municipais sob critérios objetivos, não podendo assim prover empresas de transporte aéreo e de publicidade.

- ✓ **Programa “Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar prestada pela rede cadastrada no Sistema Único de Saúde - SUS - Nacional” foram sacados mais R\$ 14,06 milhões, 29,4% do total. R\$ 10,7 milhões foram para empresas de propaganda e R\$ 3,3 milhões para transporte aéreo. Os recursos deveriam ser destinados somente a entidades cadastradas para atendimento do SUS.**

Esperamos, pois, ver o presente Requerimento aprovado pelo soberano Plenário, depois de recebido e processado pela douta mesa.

Sala da Comissão, em 05 de junho de 2002

Deputada Jandira Feghali
PCdoB/RJ